

ÉTICA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO COTIDIANO E NA FICÇÃO SOBRE OS SUBALTERNOS

Professor Doutor Victor Hugo Adler Pereira (Instituto de Letras – UERJ)ⁱ

Este trabalho pretende discutir algumas implicações decorrentes de práticas políticas fundadas na construção de uma identidade a partir de relações que estabelecem a exclusão social ou a subalternidade de setores da população brasileira. Procura investigar até que ponto a produção artística e ensaística evidenciam tendências comuns no trato da desigualdade social e da violência nos meios urbanos a ela relacionada.

Um panorama crítico recente da literatura brasileira contemporânea, apresentado por Silviano Santiago em conferência num encontro de escritores na cidade de Boston e publicado em sua coletânea de ensaios *O Cosmopolitismo do Pobre*, é o ponto de partida para as reflexões que pretendo apresentar sobre esses problemas. Reafirmando uma atitude recorrente na produção crítica do Prof. Silviano Santiago, desde o início o ensaio citado apresenta considerações sobre as interferências de condições em que se realiza a produção literária no país, onde perdura um segmento expressivo da população submetido às limitações do analfabetismo o que repercute em toda a cena cultural por uma influência poderosa e multifacetada dos meios de comunicação. Os efeitos dessa configuração da cena cultural não se fazem sentir apenas pelas limitações ao acesso à leitura, ditada pelo analfabetismo ou as deficiências de formação escolar, mas também pelo tipo de relação que a literatura e o escritor estabelecem com o público-leitor, marcada também pelos procedimentos e lógicas da cultura mediática: por exemplo, pelo culto da personalidade que cerca os escritores e os entroniza como intelectuais sem a devida atenção para as obras que produzem.

O ensaio de Silviano Santiago dedica-se mais longamente a analisar as relações de mão dupla que se estabelecem entre a fixação de certas tendências dominantes na fatura das obras e o perfil de um público leitor da literatura brasileira dentro e fora do país. Quanto à linguagem das obras, considera “os nossos melhores livros” como representativos de “uma literatura anfíbia”. Essa expressão pretende definir a duplicidade do compromisso dos escritores brasileiros entre a Arte - vinculando-se aos princípios “individualizantes, libertadores e rigorosos da vanguarda estética européia” – e a Política – “ao querer denunciar pelos recursos literários não só as mazelas oriundas do passado colonial e escravocrata da sociedade brasileira, mas também os regimes ditatoriais que assolam a vida republicana” (SANTIAGO, 2004, p. 66).

Depois de caracterizar esse duplo compromisso e suas repercussões quanto ao público que procura atingir, em âmbito nacional, e ao teor da produção literária, Silviano Santiago examina suas relações com as atitudes dominantes no mercado internacional diante da literatura brasileira. Nas escolhas ditadas pelo mercado externo, identifica a polaridade da demanda do público leitor de nossa literatura: ou bem procura os livros que retratam a pobreza e a violência, ou escolhe aqueles que trilham “o caminho da pureza artística” (SANTIAGO, 2004, p.70). Em relação aos primeiros, Silviano comenta: “São em geral livros de literatura que pouco se preocupam em satisfazer os mínimos requisitos que transformariam em obra de arte o fato bruto socioeconômico”. E justifica o interesse do leitor: “A brutalidade em si do material apresentado é motivo para o interesse sentimental

pelo Brasil (país das desgraças humanas e das catástrofes civis), para a admiração pelo escritor (a coragem e o destemor na denúncia) e os elogios rasgados ao livro” (SANTIAGO, 2004, p.69). Quanto aos outros, responde à demanda do leitor estrangeiro pela “obra literária pura”: “Esta dramatiza os pequenos grandes dramas humanos com rigor estilístico e delicadeza psicológica. No seu universalismo e aristocratismo confessos, essa obra é desprovida de qualquer vínculo originário com a cultura nacional onde brota” (SANTIAGO, 2004, p. 70).

Na avaliação de Silviano Santiago, o leitor estrangeiro rejeita o que pode haver de melhor em nossa tradição literária:

No seu radicalismo generoso, o leitor estrangeiro tem sido duplamente infeliz na avaliação da produção literária brasileira. Ele rejeita “a priori” as obras que se definem pelo caráter anfíbio. Não servem nem de exemplo de arte nem de exemplo de política. (...) Ou Arte ou Política – define a direção do interesse na hora da compra. Nunca as duas ao mesmo tempo e no mesmo lugar. (SANTIAGO, 2004, p. 68)

A partir deste panorama elaborado por Silviano Santiago, proponho discutir, de início, até que ponto a análise, realizada para apresentação num seminário fora do país, que dá conta da polarização dos interesses do público leitor da literatura brasileira além de nossas fronteiras entre a “brutalidade” das obras de denúncia e a “arte pura”, pode se aplicar também ao mercado interno.

Proponho o exame, num sentido ainda mais amplo, das considerações de Silviano Santiago do panorama de nossa produção atual – que inclui perspectivas quanto ao papel do intelectual e situações de mercado. O viés adotado em sua análise dos problemas atuais relaciona-se à perspectiva de Antônio Cândido, com que dialogou em várias ocasiões em sua trajetória crítica, de que se destaca no país uma “literatura empenhada” – com uma leitura de “empenho” que implica a realização das obras como literatura, respeitando as especificidades dos valores reconhecidos ou negociados nesse campo (CÂNDIDO, 1975, p. 26-29).

Esse duplo compromisso parece funcionar como um pressuposto que interfere na condução da análise de Silviano. Leva-me, no entanto, a refletir sobre os modos específicos com que se assume na atualidade o compromisso da literatura em discutir ou problematizar as consequências da subalternidade e, ainda, as mazelas atribuídas à formação cultural do país. Pretendo abordar esse ponto específico sob o ângulo da problematização da responsabilidade do intelectual e dos modos com que se manifesta na atualidade – inclusive de uma urgência de participação que se torna às vezes imediatividade – querendo apontar, com isso, um certo compromisso com mecanismos da cultura mediática e, quase sempre, com uma permeabilidade a esta.

A atitude de ignorar barreiras ou preconceitos na incorporação da linguagem mediática à literatura, foi considerada um dos traços dominantes na atualidade em outro panorama recente da prosa de ficção brasileira: “O namoro, mais que flerte, de literatura & mídia, inscrevendo o texto literário na arena do mercado competitivo” (CARNEIRO, 2005, p. 30).

Acrescentando um elemento complicador a ambos os panoramas - e que é apontado quanto ao leitor estrangeiro no ensaio de Silviano Santiago – quero sublinhar a influência do discurso religioso ou de seus sucedâneos como o maniqueísmo, que se detecta tanto na

prosa de ficção quanto na produção crítica que intenta representar ou discutir a realidade social. Muitas vezes o recurso ao maniqueísmo que ganha a adesão imediata dos leitores de classe média ou de um público bem pensante que se “solidariza” dentro e fora do país com o subalterno torna-se um prato feito para a apropriação mediática (ou revela um compromisso de partida com as lógicas dominantes na mídia). Reflete-se nessa atitude a dificuldade atual de estabelecer uma discussão ética sem apelar para referências religiosas – justamente pelo desprestígio de outros discursos omnicompreensivos que sirvam de referência comum para situar valores, como o marxismo. Um pensamento mais sofisticado sobre os meandros que interferem na própria construção social de valores éticos – e que aparece, por exemplo, na obra de Graciliano Ramos ou, num período posterior, de Antônio Callado, e, mais recentemente, de Marçal Aquino, ou, ainda, de Antônio Ruffato – é substituído por um painel maniqueísta da sociedade, como nas obras de Paulo Lins e Ferréz. Há que se observar, nesse sentido, as diferenças entre os filmes *Cidade de Deus* e *Quase Dois Irmãos*, dirigido por Lucia Murat, por seu maniqueísmo e sua lógica dual, em contraste com *O Invasor*, baseado no romance e roteiro de Marçal Aquino, pelos elos complexos com que demonstra o trânsito da corrupção e da violência entre os diversos setores da sociedade brasileira e os diferentes interesses e perspectivas que motiva esse circuito.

A criação de espaços que, em seu enclausuramento, avizinham-se das distopias se explica. Não se trata, a rigor de caracterizar esses espaços rigorosamente como distopias ou anti-utopias: “comunidades imaginárias cujas condições de vida o autor faz propositalmente más, a fim de chamar atenção para o perigo, ou a inconveniência de que elas venham a tornar-se reais” (CARVALHO, 1969, p. 63). O luto pela perda da credibilidade dos projetos utópicos repercute nesse tipo de ficção, como vem acontecendo na literatura e no cinema em escala mundial, conforme observa Booker: “Na verdade, grande parte do pensamento utópico recente pode ser lido como uma mudança gradual da ênfase utópica para a distópica, enquanto o pensamento utópico em si passou a ser visto, cada vez mais, como escapista e até mesmo reacionário” (BOOKER, 1994, p. 15). Os traços distópicos mais marcantes nessas narrativas brasileiras contemporâneas seriam, em primeiro lugar, a persistência de uma figuração de universos fechados em uma comunidade excluída, seguindo o mote da “cidade partida” (VENTURA, 1974). Em segundo lugar, a perspectiva niilista do presente e do futuro dos personagens que têm uma espécie de marca maldita associada ao meio em que vivem. Nesse sentido, há também uma vinculação com o determinismo naturalista, conforme já apontei em trabalho sobre o livro e o filme *Cidade de Deus* (PEREIRA, 2003, p. 214). No romance de Paulo Lins (1997), além do tratamento do espaço e de suas relações com o destino dos personagens (ou tipos?), há uma circularidade viciada na construção das pequenas tramas que constituem o enredo: todas conduzem à vala comum da desgraça e da morte precoce e violenta.

O romance *Capão Pecado* (2000) de Ferréz desponta como exemplo do tipo de literatura que se constitui no testemunho de um mundo que se considera com leis específicas, desconhecidas do leitor habitual de romances no Brasil.

No capítulo “Ponto de Vista Sobre o Campo de Batalha” o narrador resume:

Uma vez, na cadeia, eu ouvi um maluco falar que fazia tudo pra levar conforto a suas crianças, e por isso que ele estava encarcerado. Capão Redondo, pra mim, mano, é um mundo à parte, é um país com vários estados que são as quebradas:

São Luis, Vaz de Lima, Capelinha, Campo Limpo, Rosa, Sabin, Atlântico, Sto. Eduardo, São Bento, Valo Velho, Jangadeiro, Jd. Ângela etc. (FERREZ, 2000, p. 160)

O livro apresenta um encarte de fotos que inicia com uma foto de um rio degradado ou esgoto a céu aberto retomando a frase de Mano Brown no prefácio do livro: “Sem inspiração para cartão postal”.

Esse tipo de elo com a realidade reforça o tom de testemunho que será adotado em toda a narrativa. Ela é o libelo revoltado, de um misto de escritor com militante que, apesar do desencanto, busca através da literatura realizar um trabalho de mobilização da comunidade.

Quanto às possibilidades de mudança da situação em que se encontra aquele espaço periférico:

Não temos muitas oportunidades por aqui, a não ser o tráfico, o roubo a banco, o futebol e o pagode; fora isso você tem que se sujeitar a ganhar um salário mínimo e esperar que alguma coisa de bom aconteça. É aí que entram os movimentos alternativos: a leitura, o rap (que é um dos quatro elementos do hip-hop), e os projetos sociais que ajudam o povo da favela.

(...) O único jeito é crer em Deus, fazendo a revolução ideológica, montar formas de ataque, conseguindo espaço aos poucos, pois temos força sim, mano. Somos a maioria, é só usar nossas cabeças, estudando, nos informando, esperando a virada, e quando ela chegar, vamos dizer: Aí a favela, toma conta de ponta a ponta...(FERRÉZ, 2000, p.160-161).

O que se propõe, portanto, é desencadear uma “luta ideológica”, que em suas propostas e práticas aproxima-se de uma campanha; talvez, mais ainda, de uma campanha publicitária – que é o que se tornam as campanhas políticas na atualidade no Brasil e nos grandes centros mundiais. Um dos pontos de referência dessa luta é o movimento “Hip-Hop”. Nesse sentido, é bom lembrar do que Silviano Santiago afirma no ensaio que dá título a *O Cosmopolitismo dos Pobres*:

Essa redefinição cosmopolita e pobre de cultura afro-brasileira tem como pólos tanto o Brasil quanto a África, tanto os departamentos da colonização francesa quanto os Estados Unidos, e seu princípio básico é o questionamento da ineficiência e da injustiça cometidas por séculos pelo discurso da elite intelectual e governamental no plano da cidadania nacional. (SANTIAGO, 2004, p. 61).

De fato, Ferréz procura mostrar a sua filiação a uma rede que parece empenhada – e uso o termo propositalmente – na transformação concreta das relações entre dominadores e dominados. Essa rede pressupõe uma vertente própria que, ao contrário daquela originada na tradição marxista, não se baseia primordialmente na racionalidade: funda novas referências simbólicas, buscando reconstruir uma “comunidade imaginada”, conforme observa Silviano Santiago, retomando Benedict Anderson (SANTIAGO, 2004, p. 57). Este seria o destino das nacionalidades fragmentadas pela globalização, num contexto em que os fluxos de capital agravam os efeitos desagregadores sobre a cultura que Marx já observava no século XIX. Nas atuais migrações internacionais da força de trabalho, transforma-se o papel dos estados nacionais e reconfiguram-se as funções das elites, conforme observa Silviano Santiago:

Ao perder a condição utópica de nação – imaginada apenas pela sua elite intelectual, política e empresarial, repitamos – o estado nacional passa a exigir uma reconfiguração cosmopolita, que contemple tanto os seus novos moradores quanto os seus velhos habitantes marginalizados pelo processo histórico. (SANTIAGO, 2004, p.59-60).

Essa tentativa de se incluir numa rede que reconstrói uma comunidade acima das fronteiras nacionais revela-se no texto de Mano Brown publicado no livro de Ferréz:

Estou no momento ouvindo “Lamento” de Tim Maia, + 1 loko que viveu a vida loka por não concordar com as pilantragens do mundão.

Sei lá qual que é, esse tinha mó cara de Capão Redondo ó, mano. Pode ser pretensão minha, mas eu acho que Tupac e Bob Marley também têm a cara da nossa quebrada.

Sem pretensão, a gente aqui do Capão nunca ia conseguir chamar a atenção do resto do mundo, porque da ponte João Dias pra cá é outro mundo, tá ligado? (FERREZ, 2000, p.23)

O artista que envia seu testemunho ao narrador/escritor se reconhece como uma figura singular – um “loko”. Mas justamente por isso se parece com outros “lokos” de outros espaços... E esses “lokos” se identificam com Capão - espaço caracterizado como “outro mundo”. Haveria, portanto, um tipo específico de pessoas de outras latitudes, no Brasil e alhures, que se identifica com um espaço de exclusão.

A solução encontrada pelo narrador Ferréz de se empenhar numa luta ideológica ou campanha aponta para uma mobilização generalizada dos excluídos – que são mais numerosos do que aqueles que usufruem das vantagens da atual ordem ou “sistema” como ele denomina.

Silviano Santiago também aponta caminhos de ruptura da opressão no título mesmo de seu ensaio: o “cosmopolitismo dos pobres”. Trata-se também de uma mudança no campo ideológico, conforme os exemplos que dá de construção de uma cultura alternativa – ou “inclusiva”. O exemplo da militância pan-africana de Martinho da Vila legitima a construção da auto-estima pela busca de uma origem comum como estratégia política. Também a saída encontrada pelo grupo “Nós do Morro”, conseguindo parcerias prestigiosas no mundo da arte é ressaltada como altamente positiva.

Silviano Santiago situa, ao fim de seu ensaio, como marcos dos bons resultados alcançados pelo empreendimento do grupo o fato de terem participado no Fórum Shakespeare e terem recebido aulas de uma professora da Royal Shakespeare e, além disso, terem tido sucesso, com o filme *Cidade de Deus*, no festival de Cannes (SANTIAGO, 2004, p. 63). Os critérios dessa avaliação parecem incorrer no mesmo risco denunciado por ele no ensaio citado anteriormente quando critica posições intelectuais no Brasil atual, a ênfase nos efeitos mediáticos. Talvez na ansiedade em detectar sinais de esperança, em meio à violência crescente nos meios urbanos e à degradação total das condições de vida das classes populares, não analisa as implicações de um projeto como o “Nós do Morro”, de sua possível manipulação para publicidade de projetos assistencialistas no país e no estrangeiro. Não se pergunta sobre as consequências das políticas de “responsabilidade social” de empresas nos quais este se inclui e da produção artístico-cultural ligada aos projetos de empresas que apóiam obras sociais, como a Petrobrás. Outro aspecto que não é examinado é a proposta educacional desse tipo de projeto, sua eficácia ou não na trajetória

dos jovens que atende. Não é questionado o freqüente paternalismo dessas premiações e convites internacionais, como também não se pergunta sobre a estética ou as implicações políticas de um filme como *Cidade de Deus*, parecendo apontar para a autoridade do Festival de Cannes como última instância de julgamento: garantia de “qualidade”?

Volto a um ponto no início deste trabalho quando apresentei a hipótese de que a dicotomia entre Arte e Política demonstrada na recepção das obras ficcionais brasileiras no circuito cultural europeu, apontada por Silviano Santiago, poderia estar ocorrendo, com o seu séquito de problemas atrelados, no circuito interno ao país. Não será que ela se reflete na dificuldade em se pensar, com maior complexidade, as implicações da produção artística e cultural que envolve os “subalternos”? Talvez se aplique aqui a crítica de Silviano aos cacoetes do leitor estrangeiro no trato com as questões do Terceiro Mundo: “Antes de tudo, o leitor estrangeiro tem sido um ser de sentimentos cristãos”. Arrematando um pouco adiante no mesmo parágrafo: “O leitor de bons sentimentos se alimenta da brutalidade dos fatos que lhe são transmitidos e perde o norte de si mesmo na contundência dela” (SANTIAGO, 2004, p. 69).

Outra adesão problemática a essa cruzada cultural com as populações faveladas revela-se na proposta de Luís Eduardo Soares da “cultura da paz”.

O modo com que o antropólogo explica a construção da identidade guerreira entre os jovens favelados apresenta marcas de um maniqueísmo que pode comprometer as soluções apresentadas para o problema da violência na favela – o que parece ser o móvel principal de preocupação na análise da situação. Reproduzo um trecho em que analisa o processo, depois de pesquisa que realizou, baseada em sucessivas reuniões com “a gurizada das “vilas” de Porto Alegre no ano de 2001:

Se o desejo das gurias é o desejo dos guris (esta frase permite a leitura em duas mãos) , a história entorta quando muitas, entre elas, elegem como modelo o macho violento, arrogante, poderoso e armado. Porque, sendo assim, muitos, entre eles, vão imitar este modelo, copiar suas manhas, identificar-se com seus valores. Instaura-se um magnetismo perverso que enseja a emulação do mal, atuam como mediadoras da violência, turbinando a adrenalina de seus pares. Gravitando em torno dos adolescentes que idolatram e portando-se como elos de uma engrenagem que se reproduz automaticamente, elas não são os sujeitos do processo. Pelo contrário, não o conhecem nem controlam. São vítimas e objeto. Convertem-se em cúmplices, inadvertidamente (SOARES, 2005, p. 231).

Reproduzi o longo trecho acima procurando estimular à reflexão sobre os termos com que se descreve o processo de desenvolvimento de identidades marcadas pelo “ethos” guerreiro entre os jovens de periferia. Em primeiro lugar, ressalta um certo mecanicismo da descrição desse processo. Em segundo lugar, considero que deva ser analisada com mais cuidado a situação que motiva o antropólogo a considerar que exista uma “emulação do mal”. Esta expressão impede que se pense nas virtudes e bens que o jovem pode identificar onde encontramos o mal – e somente aí, porque lhes foi negado ter acesso a esses bens e virtudes em outras relações. Este tipo de consideração está presente em outros momentos das partes finais do livro, mas a configuração de uma atração pelo “mal” em si mesmo no trecho acima preocupa-me por indicar a possibilidade do comprometimento com discursos religiosos e repressivos com longa estrada no país – e forte tendência à expansão nas classes populares na atualidade. Finalmente, preocupa-me o modo com que se afirma a

existência de uma manipulação completa desses sujeitos, situando-se o intelectual ou o pedagogo com a missão de salvar esses indivíduos – ou até mesmo devolver-lhes a subjetividade perdida. Torna-se possível conceber um nível tão baixo de consciência que os sujeitos envolvidos no ambiente de violência se tornaram quase coisas: “São vítimas, objetos”.

Um pouco além, nesta mesma seção do livro, o capítulo “A cultura da paz” vai apresentar duas formas de manipulação possível dos jovens, a do Bem e a do Mal:

Guerra e paz, não há inocência: em ambos os casos, assim como em suas derivações cotidianas – violência e cooperação –, as sociedades adestram seus filhos para produzi-las. Soldados ou militantes de ONGs pacifistas, assaltantes ou monges tibetanos, golpistas ou frades franciscanos, esse elenco e os tipos medianos, todos foram adestrados para assumir posições que as sociedades produzem e as culturas oferecem, valorizando-os, estimulando-os ou os depreciando. De vez em quando alguém inova e alarga o espectro dos personagens possíveis. Mesmo a invenção original acaba se referindo ao repertório tradicional. São variações em torno dos mesmos temas (SOARES, 2005, p. 240).

Essa perspectiva sobre a construção da identidade levanta alguns problemas. Em primeiro lugar, ressalta mais uma vez o mecanicismo, deixando de lado circuitos mais complexos do desejo e de suas configurações individuais. Parece não haver lugar para a singularidade das histórias de vida, a formação dos afetos, o traçado de caminhos pulsionais ditado por elas. Em ambos os exemplos, o da adesão ao “ethos” guerreiro e o da escolha entre modelos do bem e do mal que a “sociedade” oferece, ecoa um privilégio concedido à exposição a modelos subjetivos ou a “moldagem” dos caracteres que não é convincente como uma explicação em que se possam basear propostas terapêuticas, pedagógicas ou políticas para evitar a violência entre os jovens.

Dentro dessa órbita situa-se o que Luiz Eduardo chama o “investimento na cultura da paz”, que se situa como a esperança que resta para enfrentar a violência. E o movimento “HIP-HOP” é apontado como instrumento para esta. O pragmatismo que acompanha as suas considerações lembra, no entanto, as práticas behavioristas dominantes na cultura empresarial contemporânea...

As considerações sobre o jogo de construção das subjetividades que fundamentam esse tipo de projeto realçam um outro tópico que, a meu ver, merece ser analisado criticamente: o relevo concedido à visibilidade/invisibilidade no mundo social. Este tópico tem relevo tanto na análise de Luiz Eduardo Soares e em sua vinculação às propostas do “HIP-HOP” – com a qual se vincula a obra de Ferréz – como nos caminhos alternativos encontrados por Silvano Santiago, na Kizomba de Martinho da Vila e no “Nós do Morro”. No fim das contas, estes últimos projetos teriam sido bem sucedidos ao tornar “visíveis” os excluídos, até mesmo no plano internacional.

Resta indagar até que ponto tornar o excluído visível como subalterno não serve para acomodá-lo numa situação de subalternidade, fixar uma identidade num lugar fixo e manipulável. A proposta de Luiz Eduardo pressupõe uma concepção de Bem ou Mal que a precede e que deve nortear a “cultura da paz” – e que grupos e com quês interesses garantem a definição e a universalidade desses valores?

A urgência em responder as perguntas sobre a violência no Brasil não deve obscurecer os fundamentos nos quais se baseiam. Para começar essa urgência se deve, em grande medida, à tensão crescente nas relações entre as populações empobrecidas e abandonadas pelo poder público e os setores mais favorecidos, da burguesia e das classes médias urbanas, que se sentem ameaçadas com as formas de violência cuja origem detectam no seio desta. Em algumas análises e figurações que se pretendem artísticas dessa situação, o reconhecimento das relações entre modelos econômicos, escolhas políticas e a violência não implica a proposição de soluções vinculadas à avaliação. Consta-se a relação entre o crescimento da violência urbana e a expansão global da miséria, com o neoliberalismo, e, ainda, das formas de integração perversa (como as máfias de contrabando de armamentos e drogas) nestes últimos decênios de globalização (CASTELLS, 1999, p.99). No entanto, as propostas de enfrentamento do problema enfatizam as medidas de transformação na área da cultura – ou melhor, muitas vezes, da simples manipulação da mídia. Dão margem à proliferação das ONGs e a movimentos de mobilização da sociedade civil contra a miséria e a violência, mas deixam intocados os mecanismos que, mesmo com o enfraquecimento dos estados nacionais, centralizam e coordenam ações que agravam a exploração e a desigualdade – e mantêm a sua distribuição desigual no planeta. Por que esses alvos se tornaram secundários?

Além disso, como observou Gayatri Spivak (SPIVAK, 1988, p.276), a consideração sobre os interesses sobre os quais se constroem relações de subalternidade são, muitas vezes, apartados da cena, da teoria e da crítica, estabelecendo práticas políticas com desenho um tanto oblíquo.

Problemas cuja discussão se torna urgente, até mesmo para se fazer o luto de projetos políticos naufragados no país, evitando o atoleiro da melancolia. Uma primeira advertência contra a pressa de fugir da complexidade dos desafios talvez seja a do comprometimento de nossos sonhos com a manipulação interessada da imagem publicitária. Ainda mais quando se constatou que construir sonhos libertários não é uma tarefa que deva ser entregue à mídia: aprendemos recentemente, no país, que o preço dessa instrumentação da mídia pode ser muito caro...

Nota:

ⁱ Victor Hugo Adler Pereira – Professor- Adjunto de Teoria da Literatura da UERJ – Pesquisador em Artes (CNPQ). Autor dos livros: *A musa carrancuda: teatro e poder no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998; e *Nelson Rodrigues e a obs-cena contemporânea*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

Referências bibliográficas:

BOOKER, M. Keith. *The dystopian impulse in modern literature: fiction as social criticism*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1994.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1975.

CARNEIRO, Flávio. *No país do presente: ficção brasileira no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

-
- CARVALHO, Alfredo Leme Coelho de. A ficção distópica de Huxley e Orwell. *Separata de estudos anglo-hispânicos*. São José do Rio Preto, SP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nº 2/3, 1969/1970.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. vol.3: A era da informação: economia, sociedade e cultura).
- FERRÉZ . *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.
- PEREIRA, Victor Hugo Adler. Cidades fragmentadas e intelectuais partidos. In: MONTEIRO, Maria da Conceição; LIMA, Tereza Marques de Oliveira (ed.). *Dialogando com culturas: questões de memória e identidade*. Niterói: Vício de Leitura, 2003. p. 203-220.
- RODRIGUEZ, Lúcia de la Rocque. *The Last Man, de Mary Shelley, e the Handmaid's Tale de Margaret Atwood: distopias onde a voz feminina não tem vez*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Letras. Rio de Janeiro, 2º semestre de 1997.
- SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SOARES, Luiz Eduardo et al.. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak?. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (ed.) *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1988. p. 271- 316.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1974.